MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA/BA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

CADERNO DE PROVA

https://concursos.objetivas.com.br

Fiscal de Tributos

Direitos autorais reservados à Objetiva Concursos Ltda. Proibida reprodução, ainda que parcial, sem autorização prévia.

Antes de iniciar a prova, leia as instruções:

✓ Para fazer a prova, você recebeu:

- este caderno de prova, que contém **60 questões** e a **Prova de Produção Escrita**;
- um cartão de respostas.

✓ **Confira:**

- **no cartão de respostas:** nome, número e cargo, emprego ou função da inscrição.
- **no caderno de prova:** cargo, emprego ou função e quantidade de questões.

✓ **Duração da prova: 4 horas e 30 minutos**

- Incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas.
- Levar caderno: após **60 minutos de prova**.
- Por questões de segurança, o candidato que sair antes desse tempo devolverá ao fiscal da sala, além do cartão de respostas, o caderno de prova.

✓ Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e se a sequência e a quantidade de questões estão corretas.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

✓ **Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade! Não serão admitidas reclamações posteriores.**

✓ A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas relacionadas ao conteúdo aos fiscais.

✓ Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova, tampouco empréstimo de materiais e comunicação entre os candidatos.

✓ **O cartão de respostas é o único documento válido e utilizado para a correção da prova objetiva**. Preencha-o com cuidado, marcando apenas uma alternativa para cada questão.

✓ Não rabisque, rasure, amasse ou dobre o cartão de respostas. É vedada a substituição do cartão de respostas decorrente de erro do candidato.

✓ As respostas devem ser transcritas exclusivamente para o cartão de respostas, sendo proibida a cópia em qualquer outro local.

✓ É proibido anotar o conteúdo da prova em qualquer local fora do caderno de provas.

✓ Para o desenvolvimento da Prova de Produção Escrita, poderá ser utilizado o rascunho disponibilizado, porém o texto deverá ser transcrito, à caneta, em letra legível, na FOLHA OFICIAL DE TEXTO. Preencha com muita atenção, essa folha NÃO poderá ser substituída.

✓ A FOLHA OFICIAL DE TEXTO **é o único documento válido e utilizado para a correção da Prova de Produção Escrita**.

✓ Neste momento, confira os dados constantes no CANHOTO DE IDENTIFICAÇÃO na FOLHA OFICIAL DE TEXTO.

✓ Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de sala, aguardando autorização para entregar o material.

✓ Devolva ao fiscal da sala o cartão de respostas e a folha oficial de texto.

✓ Os três últimos candidatos devem permanecer em sala a fim de acompanhar o fechamento do material.

Fraudar ou tentar fraudar concursos públicos é crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

Nome do Candidato: Nº de Inscrição:

Objetiva INSTITUTO

LÍNGUA PORTUGUESA | 10 QUESTÕES

Prós e Contras dos Testes de Inteligência

A utilização de testes psicométricos de inteligência é controversa. No aspecto positivo, como os testes de QI foram padronizados e largamente utilizados, existem amplas informações sobre suas normas, sua validade e sua fidedignidade. Os escores de QI durante a terceira infância prognosticam o desempenho escolar razoavelmente bem, especialmente com crianças muito verbais, e os escores são mais confiáveis do que durante o ano pré-escolar. Os escores de QI explicam aproximadamente um quarto da variância entre as notas das crianças e são o melhor prognosticador isolado de quanto tempo uma criança permanecerá na escola. Podem ajudar a selecionar alunos para grupos avançados ou mais lentos e podem auxiliar nas decisões sobre aplicações e admissões universitárias.

Não obstante, críticos afirmam que os testes são injustos com muitas crianças. Eles podem subestimar a inteligência de crianças que, por um motivo ou outro, não se saem bem nos testes. Como os testes são cronometrados, igualam inteligência à rapidez e penalizam uma criança que trabalha vagarosa e deliberadamente. Uma crítica mais fundamental é que os testes de QI inferem a inteligência a partir do que as crianças já sabem, e grande parte desse conhecimento é de origem cultural. Os críticos afirmam que os testes de QI são injustos com as minorias porque estão sujeitos à tendenciosidade cultural: tendência a incluir perguntas que utilizam vocabulário ou exigem informações ou habilidades mais familiares ou significativas para alguns grupos culturais do que outros.

Os desenvolvedores de testes tentaram criar testes sem conteúdo ligado à cultura, propondo tarefas que não exigem linguagem, como sair de labirintos, colocar as formas certas nos lugares certos e completar figuras. Mas não foram capazes de eliminar todas as influências culturais. Por exemplo, perguntou-se a uma criança asiática o que faltava em um desenho de um rosto sem boca, e ela respondeu que o que faltava era o corpo, pois, em sua cultura, rostos não são desenhados sem corpos. Os desenvolvedores de teste também constataram ser praticamente impossível produzir um teste culturalmente justo, composto apenas de experiências comuns às pessoas de diversas culturas.

Em uma simples tarefa de classificação, por exemplo, uma criança em uma cultura ocidental categorizará as coisas pelo que elas são (por exemplo, colocando pássaro e peixe na categoria animal). Os indígenas Kpelle da Nigéria consideram mais inteligente classificar as coisas pelo que elas fazem (por exemplo, agrupando peixe com nadar). Outra crítica importante é que os testes de QI concentram-se quase totalmente nas capacidades que são úteis na escola. Eles não abordam outros aspectos importantes do comportamento inteligente, como bom senso, habilidades sociais, insight criativo e autoconhecimento. Contudo, essas habilidades, em que algumas crianças com habilidades acadêmicas modestas se sobressaem, podem tornar-se tão ou mais importantes posteriormente na vida.

Fonte: Desenvolvimento Humano. Adaptado.

1) A respeito das informações presentes no texto sobre os testes de QI, assinalar a alternativa INCORRETA.

a) As informações sobre suas normas e validade são escassas, uma vez que estes testes não apresentam ampla utilização e padronização.
b) Na terceira infância, esse tipo de teste demonstra razoável prognóstico sobre o desempenho escolar, como com crianças muito verbais.
c) Os escores dos testes de QI explicam uma parte da variância entre as notas das crianças, e são considerados o melhor prognosticador isolado de permanência na escola.
d) Contribuem para a seleção de alunos tanto para grupos mais avançados quanto para defasados.
e) Pode-se utilizar esses testes durante as decisões a respeito de aplicações e admissões universitárias.

---

2) A respeito dos pontos negativos entre os testes de inteligência, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

( ) Os testes podem apresentar uma arbitrariedade cultural, pois parte do conhecimento prévio é de origem cultural.
( ) Por não serem cronometrados, participar de um teste assim não requer rapidez.
( ) Algumas crianças simplesmente não se saem bem em testes, subestimando sua inteligência, pois os testes focam em grande parte nas capacidades úteis na escola.

a) C - C - E.
b) E - E - C.
c) C - E - E.
d) E - C - C.
e) C - E - C.

---

3) As expressões e os conectores sublinhados no texto apresentam, em ordem e em seu contexto, significado de:

a) Consequência | explicação | conclusão.
b) Causa | conclusão | oposição.
c) Oposição | explicação | oposição.
d) Condição | comparação | finalidade.
e) Oposição | explicação | condição.

4) Considerando o texto e a estruturação de seus parágrafos, assinalar a alternativa CORRETA.

a) No primeiro parágrafo, foca-se nos pontos negativos dos testes de inteligência, demonstrando sua ineficiência em testar crianças de forma justa.
b) No terceiro parágrafo, utiliza-se do exemplo de crianças com diferenças culturais na hora de categorizar as coisas, com umas focando no que as coisas fazem, não no que elas são.
c) No segundo parágrafo, temos os pontos positivos dos testes de inteligência, como o prognóstico de desempenho escolar na terceira infância.
d) No último parágrafo, aborda-se como há outros aspectos importantes de um comportamento inteligente, como habilidades sociais ou autoconhecimento.
e) Não há a menção entre os parágrafos sobre a tentativa de eliminar o componente cultural dos testes.

---

5) Ler o período: "Embora os pesquisadores tenham chegado a conclusões semelhantes, nenhum deles se referiu aos resultados obtidos pelos demais." Considerando a norma-padrão da língua portuguesa, analisar os itens.

I. O verbo "chegar", no sentido de alcançar determinado lugar ou resultado, rege a preposição "a".
II. O verbo "referir-se" exige a preposição "a", como ocorre em "referiu-se aos resultados".
III. A substituição de "aos resultados" por "os resultados" manteria a correção gramatical do período, pois o verbo "referir-se" admite objeto direto.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item I.
b) Apenas no item II.
c) Apenas nos itens I e III.
d) Apenas nos itens I e II.
e) Apenas nos itens II e III.

---

6) A palavra "faísca" recebe acento gráfico de maneira obrigatória, isto é, existe apenas com acento, assim como:

a) Pôde.
b) Secretária.
c) Prático.
d) País.
e) Intervém.

---

7) A palavra sublinhada sofreu processo de derivação sufixal na alternativa:

a) "A <u>filosofia</u> é um bom conselho."
b) "O conhecimento é uma centelha entre duas <u>espadas.</u>"
c) "Não existem métodos fáceis para resolver problemas <u>difíceis</u>."
d) "De todos os animais <u>selvagens</u>, o homem jovem é o mais difícil de domar."
e) "Somente os extremamente sábios e os extremamente <u>estúpidos</u> é que não mudam."

8) "Dá-me a tua vinha por dinheiro; ou, se te <u>apraz</u>, te darei outra vinha em seu lugar." (1 Reis 21). Se conjugarmos o verbo sublinhado na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, obteremos:

a) Ele aprove.
b) Ele apraz.
c) Ele aprouvera.
d) Ele apraza.
e) Ele aprouve.

---

9) Considerando o emprego de homônimos e parônimos, assinalar a alternativa CORRETA.

a) Na homilia, o padre pediu <u>interseção</u> a Deus.
b) É preciso <u>fruir</u> os bons frutos dados pela vida.
c) O aluno <u>retificou</u> a entrega das notas pelo professor.
d) No interior, aquele <u>pião</u> não domina bem os animais.
e) Aquele indivíduo foi preso em <u>fragrante</u> no local do crime.

---

10) Tendo em vista as normas que viabilizam a ocorrência do fenômeno da crase, assinalar a alternativa CORRETA.

a) A aula ocorrerá de segunda-feira à quarta-feira.
b) A aula ocorrerá das segundas-feiras à quartas-feiras.
c) A aula ocorrerá das segundas-feiras as quartas-feiras.
d) A aula ocorrerá da segunda-feira à quarta-feira.
e) A aula ocorrerá de segundas-feiras às quartas-feiras.

MATEMÁTICA | 10 QUESTÕES

11) Um painel eletrônico de uma estação exibe 28 avisos por dia. O primeiro aviso aparece às 7h10, e o último, às 21h34. Sabendo que o intervalo de tempo entre dois avisos consecutivos é sempre o mesmo, em que horário é exibido o 15º aviso?

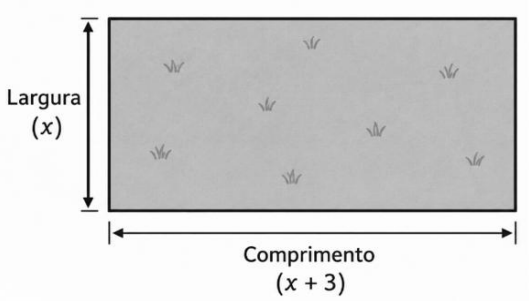
a) 13h24
b) 14h38
c) 14h46
d) 15h08
e) 15h15

---

12) Tiago comprou um produto por R$ 80,00 e o revendeu por R$ 120,00. Qual a taxa percentual de lucro obtido por Tiago em relação ao preço de custo?

a) 50%
b) 45%
c) 43%
d) 40%
e) 33%

13) Um terreno retangular tem o comprimento igual à sua largura acrescida de 3 metros, conforme imagem abaixo. Sabe-se que a área total do terreno é de 54m². Considerando essas informações, analisar os itens.



I. A largura do terreno é de 6 metros.
II. O comprimento do terreno é de 12 metros.
III. Se a medida do comprimento fosse igual à largura acrescida de 4 metros em vez de 3 metros, a área do terreno seria a mesma.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item I.
b) Apenas no item II.
c) Apenas nos itens I e III.
d) Apenas nos itens II e III.
e) Em nenhum dos itens.

---

14) A distância média da Terra até a Lua é de aproximadamente 384.000km. Assinalar a alternativa que apresenta essa distância CORRETAMENTE expressa em notação científica.

a) $38{,}4 \times 10^4$
b) $3{,}84 \times 10^5$
c) $38{,}4 \times 10^5$
d) $3{,}84 \times 10^3$
e) $3{,}84 \times 10^4$

---

15) Um empresário aplicou R$ 800,00 em um banco por 3 meses, a juros simples, obtendo R$ 896,00 ao final do período. Em seguida, reaplicou esse montante por 5 meses, sob o mesmo regime, à metade da taxa mensal da primeira aplicação. Assinalar a alternativa que apresenta, CORRETAMENTE, o montante final da segunda aplicação.

a) R$ 920,00
b) R$ 940,80
c) R$ 985,60
d) R$ 993,75
e) R$ 1.075,20

---

16) Em um estacionamento há apenas carros e motos. Os carros têm 4 rodas e as motos, 2. No total, há 40 veículos e 106 rodas. Quantas motos há no estacionamento?

a) 30
b) 29
c) 27
d) 25
e) 24

---

17) Ao analisar os números de inscrição dos competidores de uma maratona, verificou-se que a sequência numérica formava um padrão, conforme apresentado.

8, 3, 24, 6, 72, 12, 216, 24, 648, 48, ...

Considerando esse padrão, assinalar a alternativa que apresenta CORRETAMENTE a soma dos números que ocupam a décima e a décima primeira posição.

a) 1.794
b) 1.810
c) 1.855
d) 1.992
e) 2.003

---

18) Analisar a equação abaixo e assinalar a alternativa que apresenta o valor de x que satisfaz essa equação.

$$3x + 11 = 26$$

a) 3
b) 4
c) 5
d) 6
e) 7

---

19) Um tanque utilizado para criação de peixes possui formato de bloco retangular, com dimensões internas de 4m de comprimento, 3m de largura e 1,5m de profundidade. Por questões de segurança, o nível da água deve permanecer 20cm abaixo da borda superior do tanque. Considerando essas informações, qual é o volume máximo de água, em litros, que pode ser colocado nesse tanque?

a) 12.400
b) 20.500
c) 18.000
d) 17.350
e) 15.600

20) As notas de Tiago em sete provas foram 6, 7, 7, 8, 8, 8 e 9. Assinalar a alternativa que apresenta CORRETAMENTE a moda e a mediana dessas notas, respectivamente.

a) 8 e 7.
b) 7 e 8.
c) 8 e 8.
d) 7 e 7.
e) 7,5 e 8.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS | 40 QUESTÕES

21) A prevenção do assédio moral no ambiente de trabalho depende do reconhecimento de condutas que podem prejudicar a dignidade dos trabalhadores e a qualidade das relações profissionais. Com relação a essa forma de assédio, assinalar a alternativa CORRETA.

a) O assédio moral caracteriza-se principalmente por conflitos ocasionais entre profissionais, ainda que não haja repetição das condutas.
b) A ocorrência de críticas profissionais construtivas, por si só, caracteriza assédio moral quando provoca insatisfação no trabalhador.
c) Condutas repetitivas e abusivas que provoquem humilhação, constrangimento ou degradação das relações de trabalho podem caracterizar assédio moral.
d) Situações de assédio moral somente podem ocorrer quando praticadas por superiores hierárquicos contra subordinados.
e) A prevenção do assédio moral depende exclusivamente da iniciativa da pessoa que se considera vítima.

22) Considerando que o software é um conjunto de instruções que informa a um computador ou outros dispositivos o que fazer, analisar os itens.

I. O sistema operacional não é um tipo de software.
II. O Zoom é um software de aplicativo.
III. O Microsoft Excel é um software de programação.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item II.
b) Apenas no item III.
c) Apenas nos itens I e II.
d) Apenas nos itens II e III.
e) Em todos os itens.

23) O armazenamento em nuvem é um serviço que permite guardar dados em uma infraestrutura com características próprias. A respeito desse recurso, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a alternativa que apresenta a sequência correspondente.

( ) Os arquivos podem ser acessados pela internet, conforme as condições do serviço contratado.
( ) A capacidade de armazenamento depende exclusivamente da memória RAM do computador do usuário.
( ) O serviço pode adotar um modelo de cobrança conforme a utilização dos recursos contratados.

a) C - E - C.
b) E - C - E.
c) C - C - E.
d) E - E - C.
e) C - C - C.

24) A segurança da informação envolve práticas destinadas a reduzir riscos de perda e comprometimento de dados. Nesse contexto, assinalar a alternativa que descreve CORRETAMENTE a finalidade de um backup.

a) Impedir o acesso de pessoas não autorizadas aos arquivos armazenados em um computador.
b) Verificar a identidade dos usuários antes de permitir o acesso a um sistema.
c) Corrigir automaticamente erros de digitação presentes em documentos digitais.
d) Aumentar a velocidade de processamento dos arquivos armazenados no dispositivo.
e) Manter cópias dos arquivos para possibilitar sua recuperação em caso de perda ou danos aos dados originais.

25) As senhas são utilizadas para controlar o acesso a contas e sistemas digitais. Em relação às práticas de proteção de credenciais, assinalar a alternativa CORRETA.

a) Utilizar a mesma senha em diferentes serviços facilita o gerenciamento das contas e reduz o risco de acesso indevido.
b) Criar senhas longas, combinar diferentes tipos de caracteres e utilizar uma senha distinta para cada serviço contribui para a segurança das contas.
c) Compartilhar senhas com colegas de confiança melhora o controle de acesso aos sistemas utilizados pela equipe.
d) Informar a senha em páginas recebidas por links de e-mail permite confirmar a identidade do usuário com maior segurança.
e) Desativar a autenticação em dois fatores reduz a exposição das credenciais a tentativas de acesso indevido.

26) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios está submetida, entre outros, aos princípios expressamente previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Diante disso, assinalar a alternativa que apresenta CORRETAMENTE esses princípios.

a) Legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
b) Legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência e produtividade.
c) Legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e efetividade.
d) Legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
e) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

---

27) Conforme a Constituição Federal, na forma da lei, é devido aos trabalhadores urbanos e rurais, o adicional de remuneração para as atividades:

I. Artísticas.
II. Intelectuais.
III. Insalubres.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item I.
b) Apenas no item II.
c) Apenas no item III.
d) Apenas nos itens I e II.
e) Em nenhum dos itens.

---

28) Segundo a Lei Orgânica do Município, cabe a qualquer vereador, comissão da Câmara, Prefeito ou aos cidadãos a iniciativa dos seguintes dispositivos legais:

a) Decretos legislativos e leis delegadas.
b) Resoluções e medidas provisórias.
c) Leis delegadas e complementares.
d) Medidas provisórias e decretos legislativos.
e) Leis complementares e ordinárias.

---

29) Em conformidade com a Lei Orgânica do Município, a formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito, mediante decreto, será feita quando se tratar de:

a) Criação de comissões e designação de seus membros.
b) Regulamentação de lei.
c) Abertura de sindicância e processos administrativos.
d) Aplicação de penalidades.
e) Instituição de grupos de trabalho.

30) No que diz respeito à posse e ao exercício, de acordo com a Lei nº 303/2001 − Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, é INCORRETO afirmar que:

a) A posse em cargo público independerá de prévia inspeção médica oficial.
b) O exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.
c) A promoção ou ascensão não interrompem o tempo de exercício.
d) Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.
e) O ocupante de cargo de provimento efetivo fica sujeito a 40 horas semanais de trabalho, salvo quando a lei estabelecer duração diversa.

---

31) Tendo em vista a Lei nº 303/2001 − Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, a demissão será aplicada no seguinte caso:

a) Incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.
b) Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.
c) Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
d) Recusar fé a documentos públicos.
e) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

---

32) Em conformidade com a Lei nº 303/2001 − Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a:

a) Advertência.
b) Demissão.
c) Suspensão.
d) Multa.
e) Destituição da função comissionada.

---

33) Sobre o processo administrativo disciplinar, no âmbito da Lei nº 303/2001 − Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, da sindicância poderá resultar:

I. Arquivamento do processo.
II. Instauração de processo disciplinar.
III. Aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 dias.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item II.
b) Apenas no item III.
c) Apenas nos itens I e II.
d) Apenas nos itens II e III.
e) Em todos os itens.

34) Em conformidade com a Lei nº 338/2002 – Código Tributário e de Rendas do Município, para os efeitos da legislação tributária municipal, consideram-se pessoas jurídicas:

I. As sociedades de fato e as firmas individuais.
II. As de direito privado, a depender de seus fins, nacionalidade ou participantes na capital.
III. As filiais, sucursais, agências ou representações das pessoas jurídicas com sede no exterior.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item II.
b) Apenas no item III.
c) Apenas nos itens I e II.
d) Apenas nos itens I e III.
e) Em todos os itens.

---

35) Sobre a Lei nº 338/2002 – Código Tributário e de Rendas do Município, é CORRETO afirmar que:

a) Ao sujeito passivo que efetuar o recolhimento espontâneo do tributo não será aplicada a multa por infração.
b) O preparo do processo será efetuado na repartição, na forma e pela autoridade administrativa a ser definido em ato do Poder Legislativo.
c) A exigência do crédito tributário, em decorrência da ação fiscal direta do agente fiscal, não será formalizada em auto de infração.
d) O julgamento do processo compete em primeira instância ao Conselho Municipal de Contribuintes.
e) A nulidade de qualquer ato só prejudica as anteriores e posteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

---

36) Segundo a Lei nº 8.137/1990, constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, contribuição social e qualquer acessório. A seguinte conduta possui a pena de dois a cinco anos e multa:

a) Negar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada em desacordo com a legislação.
b) Divulgar programa de processamento de dados que permite ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.
c) Fazer declaração falsa sobre rendas, bens ou fatos, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.
d) Receber para si qualquer percentagem sobre a parcela dedutível de contribuição como incentivo fiscal.
e) Aplicar, em desacordo com o estatuto, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por entidade de desenvolvimento.

37) Em 2020 um estudante de medicina veterinária foi picado por uma cobra Naja introduzida ilegalmente no Brasil. A partir disso, surgiu uma investigação que revelou um esquema estruturado de retirada do habitat natural répteis e animais exóticos não autorizados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), resultando em apreensões de dezenas de espécimes e na responsabilização dos envolvidos. Segundo o Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal, esse tipo de crime é qualificado como:

a) Descaminho.
b) Concussão.
c) Advocacia administrativa.
d) Prevaricação.
e) Contrabando.

---

38) Nos termos da Constituição, ao Supremo Tribunal Federal cabe processar e julgar, originariamente:

I. A ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
II. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
III. Nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
IV. O litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas nos itens I, III e IV.
b) Apenas nos itens I e III.
c) Apenas nos itens I e IV.
d) Apenas nos itens I, II e III.
e) Em nenhum dos itens.

---

39) A., paciente que está aguardando por horas atendimento na Unidade Básica de Saúde, irritada com o descaso da saúde pública, começa a ofender e insultar os funcionários da Unidade. Segundo o Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal, a atitude de A. configura crime?

a) Não é entendido como crime, pois a paciente tem razão em reclamar.
b) Sim, configura o crime de desacato, pois está ofendendo e insultando os funcionários.
c) Sim, configura o crime de desobediência, pois a paciente persiste durante horas aguardando atendimento.
d) Não, pois é apenas um ato de resistência, não um crime.
e) Sim, pois caracteriza o crime de denunciação caluniosa ao ofender e insultar.

40) Com base na Constituição Federal, é função institucional do Ministério Público promover, na forma da lei:

a) Privativamente, a ação penal pública.
b) Universalmente, a ação penal privada.
c) Privativamente, a ação penal privada.
d) Coletivamente, a ação penal pública.
e) Subsidiariamente, a ação penal pública.

---

41) O Escândalo do Mensalão tinha como uma das condutas centrais o envolvimento de desvio de verbas publicitárias estatais, notadamente do Banco do Brasil e da Câmara dos Deputados, repassadas por meio de contratos de publicidade para empresas privadas sem a devida prestação do serviço público contratado. De acordo com o Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal, esse julgamento fixou balizas importantes sobre a caracterização do crime de:

a) Tráfico de influência.
b) Excesso de exação.
c) Peculato.
d) Condescendência criminosa.
e) Descaminho.

---

42) No que diz respeito à Lei Complementar nº 116/2003 - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

( ) O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
( ) O imposto não incide quando os serviços forem prestados mediante o uso de bens ou serviços públicos sob concessão.
( ) Excetuadas as ressalvas da lista anexa nesta Lei, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

a) C - C - E.
b) E - E - C.
c) C - E - E.
d) E - C -E.
e) C - E - C.

---

43) A respeito da Lei Complementar nº 116/2003 – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, analisar os itens.

I. A incidência do imposto depende da denominação dada ao serviço prestado.
II. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.
III. A alíquota máxima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2%.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item I.
b) Apenas no item II.
c) Apenas nos itens I e III.
d) Apenas nos itens II e III.
e) Em todos os itens.

44) No que diz respeito ao acesso aos mercados, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequena Porte, analisar os itens.

I. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte não será exigida para efeito de assinatura de contrato.
II. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, exceto quando esta apresente alguma restrição.
III. Nas licitações será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item I.
b) Apenas no item II.
c) Apenas no item III.
d) Apenas nos itens I e II.
e) Em nenhum dos itens.

---

45) Em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

( ) O Simples Nacional consiste no recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e COFINS. Ao aderir a esse regime, a empresa é dispensada de outros impostos e contribuições que não estejam incluídos nesse sistema.
( ) A opção pelo Simples Nacional é irretratável para todo o ano-calendário em que for realizada, mesmo que o limite de receita bruta anual para a sua categoria seja ultrapassado no decorrer do ano-calendário.
( ) Para efeito de enquadramento no Simples Nacional, considerar-se-á microempresa ou empresa de pequeno porte aquela cuja receita bruta no ano-calendário anterior ao da opção esteja compreendida dentro dos limites previstos na Lei Complementar.

a) C - C - E.
b) E - E - C.
c) C - E - E.
d) E - C - C.
e) E - E - E.

---

46) Conforme a Constituição Federal, a quem compete precipuamente julgar em recurso ordinário o crime político?

a) Ao Conselho Nacional de Justiça.
b) Ao Senado Federal.
c) Ao Supremo Tribunal Federal.
d) Ao Superior Tribunal Eleitoral.
e) À Câmara de Deputados.

47) O Cartel do Oxigênio é um dos casos de cartel mais marcantes do país, que envolveu grandes fornecedores de gases medicinais e industriais. As empresas fixavam preços e combinavam a priori os vencedores de licitações públicas em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS), dividindo o mercado por regiões e clientes para eliminar qualquer concorrência real. Em conformidade com a Lei nº 8.137/1990, a prática desse cartel está enquadrada no seguinte crime contra a ordem econômica:

a) Omitir dados ou prestar declarações inverídicas perante os órgãos de fiscalização tributária.
b) Patrocinar interesse privado perante a administração fazendária valendo-se da condição de agente público.
c) Fraudar a fiscalização mediante a inserção de informações inexatas ou a omissão de operações de qualquer natureza em escrituração fiscal.
d) Promover o extravio total de livro oficial, sob sua custódia funcional, ensejando recolhimento inexato ou indevido de tributo.
e) Usufruir indevidamente do poder econômico para dominar o mercado ou restringir concorrência por meio de acertos entre empresas.

---

48) Com base na Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

( ) Para fins dessa lei, dolo corresponde à vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11, não bastando a mera voluntariedade do agente.
( ) O mero exercício da função pública, ainda que desacompanhado da comprovação de ato doloso com fim ilícito, pode caracterizar improbidade quando a conduta produzir resultado administrativo inadequado.
( ) A divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, não configura improbidade quando presentes os requisitos expressamente previstos no § 8º do art. 1º.
( ) O particular que não integra a Administração Pública pode sujeitar-se à Lei de Improbidade quando concorrer dolosamente para a prática do ato de improbidade.

a) C - C - E - E.
b) E - C - C - E.
c) C - E - E - C.
d) C - E - C - C.
e) E - E - C - C.

49) Em relação aos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, de acordo com a Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, analisar os itens.

I. Os atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sanção e dependem do reconhecimento dos danos ao erário.
II. O enquadramento de conduta funcional nos atos contra os princípios da administração pública pressupõe a demonstração objetiva da prática de ilegalidade no exercício da função.
III. Configurará improbidade a mera nomeação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, não sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item I.
b) Apenas no item II.
c) Apenas no item III.
d) Apenas nos itens I e III.
e) Em todos os itens.

---

50) Considerando as alterações promovidas na Lei de Improbidade Administrativa, determinada conduta somente poderá ser enquadrada no art. 9º quando presentes os elementos previstos no dispositivo. Nesse contexto, assinalar a alternativa CORRETA.

a) A obtenção de qualquer vantagem econômica pelo agente público, ainda que decorrente de conduta culposa, caracteriza automaticamente enriquecimento ilícito.
b) A aquisição de patrimônio incompatível com a renda do agente constitui improbidade independentemente da relação com o exercício do cargo ou função pública.
c) Constitui ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito auferir, mediante ato doloso, vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades indicadas na Lei.
d) A caracterização do enriquecimento ilícito exige exclusivamente a comprovação de prejuízo efetivo ao patrimônio público.
e) O art. 9º alcança somente vantagens patrimoniais recebidas diretamente pelo próprio agente público, não abrangendo aquelas obtidas por terceiros.

51) Sob o aspecto da competência tributária, conforme a Lei nº 5.172/1966 – Código Tributário Nacional, é INCORRETO afirmar que:

a) A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
b) O não exercício da competência tributária a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
c) A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público a que tenha conferido.
d) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.
e) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

---

52) A Lei nº 5.172/1966 – Código Tributário Nacional, dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. No que diz respeito às disposições do Código, analisar os itens.

I. Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.
II. O conteúdo e o alcance dos decretos não se restringem aos das leis em função das quais sejam expedidos.
III. O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item I.
b) Apenas no item III.
c) Apenas nos itens I e II.
d) Apenas nos itens II e III.
e) Em todos os itens.

---

53) Um servidor público, após apuração em procedimento administrativo no qual lhe foram asseguradas as garantias pertinentes, foi responsabilizado por infração funcional e recebeu penalidade administrativa prevista na legislação aplicável. A atuação da Administração descrita no caso decorre predominantemente do poder:

a) Hierárquico, porque toda punição administrativa resulta exclusivamente de uma relação de chefia.
b) Regulamentar, porque a Administração cria livremente as penalidades aplicáveis aos servidores.
c) De polícia, porque a Administração restringiu um direito individual do servidor.
d) Vinculado, porque toda atividade disciplinar dispensa avaliação dos fatos.
e) Disciplinar, por envolver a apuração e responsabilização decorrente de infração funcional.

54) Considerando as disposições do Código Tributário Nacional sobre obrigação tributária, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

( ) O descumprimento de uma obrigação acessória extingue automaticamente a obrigação principal relacionada ao tributo.
( ) A obrigação acessória somente pode ser exigida dos contribuintes que tenham obrigação principal de pagar determinado tributo.
( ) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

a) C - E - E.
b) E - C - C.
c) C - E - C.
d) E - E - C.
e) E - E - E.

---

55) Dentro de uma organização administrativa existem diferenças entre as entidades federativas e as pessoas jurídicas de direito público da Administração Indireta. A partir disso, as entidades federativas:

I. São multicompetenciais, já as pessoas jurídicas da Administração Indireta são especializadas em um setor de atuação.
II. São pessoas político-administrativas, enquanto as entidades da Administração Indireta não possuem autonomia política.
III. Compõem a Administração Pública Direta, já as entidades públicas descentralizadas compõem a Administração Pública Indireta.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item I.
b) Apenas no item II.
c) Apenas no item III.
d) Em nenhum dos itens.
e) Em todos os itens.

---

56) De acordo com o Código Tributário Nacional, no que se refere às operações relativas a títulos e valores mobiliários, a base de cálculo do imposto:

I. Na emissão, corresponde ao valor nominal mais o ágio, se houver.
II. Na transmissão, corresponde ao preço ou ao valor nominal, ou ao valor da cotação em bolsa, conforme determinar a lei.
III. No pagamento ou resgate, corresponde ao preço.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item I.
b) Apenas no item II.
c) Apenas no item III.
d) Em todos os itens.
e) Em nenhum dos itens.

57) De acordo com o Código Tributário Nacional, a contribuição de melhoria decorrente de obra pública que resulte em valorização imobiliária possui como limites:

I. O valor da obra como limite individual e a valorização de cada imóvel como limite total.
II. O custo estimado da obra como limite total e o valor venal do imóvel como limite individual.
III. O valor da valorização imobiliária como limite total e a despesa realizada com a obra como limite individual.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item I.
b) Apenas no item II.
c) Apenas no item III.
d) Em nenhum dos itens.
e) Em todos os itens.

---

58) De acordo com o Código Tributário Nacional, os serviços públicos considerados como fato gerador das taxas são classificados como utilizados efetiva ou potencialmente, específicos e divisíveis. Nesse contexto, considera-se potencialmente utilizado o serviço público quando este:

I. Possa ser destacado em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidades públicas.
II. Seja suscetível de utilização, separadamente, por parte de cada um de seus usuários.
III. Sendo de utilização compulsória, seja posto à disposição do contribuinte mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
IV. Seja usufruído pelo contribuinte a qualquer título, independentemente de sua utilização ser compulsória.

Está CORRETO o que se afirma:

a) Apenas no item I.
b) Apenas no item II.
c) Apenas no item III.
d) Apenas no item IV.
e) Em nenhum dos itens.

---

59) Segundo o Código Tributário Nacional, constitui fato gerador do imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis e de direitos a eles relativos à:

a) Transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato gratuito, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis.
b) Transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, inclusive os direitos reais de garantia.
c) Transmissão *inter vivos*, exclusivamente a título oneroso, de direitos reais sobre imóveis, inclusive os direitos reais de garantia.
d) Cessão *inter vivos*, por ato oneroso, de direitos relativos à transmissão da propriedade, do domínio útil e de direitos reais sobre imóveis.
e) Transmissão *inter vivos*, por ato gratuito, de direitos relativos à transmissão da propriedade de bens imóveis.

60) Durante a execução de uma atividade pública, um agente de determinada entidade prestadora de serviço público, atuando nessa condição, causou dano a um particular. O particular pretende obter indenização pelo prejuízo sofrido. Considerando a regra constitucional sobre responsabilidade civil do Estado, assinalar a alternativa CORRETA.

a) A pessoa jurídica responsável pela prestação do serviço poderá responder pelo dano causado por seu agente nessa qualidade, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
b) O particular somente poderá ser indenizado se comprovar previamente que o agente público agiu com dolo.
c) A pessoa jurídica nunca responde por danos causados por seus agentes, pois a responsabilidade é exclusivamente pessoal.
d) A responsabilidade da pessoa jurídica depende sempre de condenação criminal do agente.
e) O direito de regresso contra o agente existe independentemente de dolo ou culpa.

ORIENTAÇÕES PARA A PROVA DE PRODUÇÃO ESCRITA

A folha oficial de texto NÃO poderá conter rabisco e/ou rasura, tampouco ser identificada, assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato em outro local que não o apropriado (no canhoto de identificação destacável), cabendo ao candidato rigoroso cuidado, sob a pena de nulidade de sua prova. Não será avaliado texto (qualquer fração de texto) que ultrapassar o limite máximo de linhas. Linhas em branco e/ou preenchidas com menos da metade do seu espaço total não serão contabilizadas como linha completa na contagem do número mínimo/máximo de linhas exigido, tampouco far-se-á a soma dos textos entre linhas para completar número mínimo de linhas exigido. O candidato receberá nota zero na prova de produção escrita quando: **a)** não abordar o tema e/ou teor técnico proposto; **b)** o texto: for ilegível; for escrito em língua estrangeira; não for escrito à caneta; **c)** o texto apresentar número de linhas inferior ao mínimo exigido; **d)** não houver texto na folha oficial de texto; **e)** o texto for mera transcrição de dispositivos legais**.**

PROVA DE PRODUÇÃO ESCRITA - FOLHA DE RASCUNHO

Texto Motivador:

O uso intensivo de celulares, redes sociais, jogos e aplicativos tornou-se parte da rotina de pessoas de todas as idades. Especialistas apontam que, quando o uso deixa de ser uma escolha e passa a ser uma compulsão, surgem prejuízos ao sono, à concentração, às relações pessoais e à produtividade. Além disso, a dependência digital não se limita ao ambiente doméstico: ela atravessa escolas, empresas, serviços públicos e a vida em comunidade, tornando-se um problema cada vez mais preocupante para a sociedade em que vivemos.

Instruções para a Produção Escrita:

Redija um texto dissertativo-argumentativo sobre os **desafios para combater a dependência digital e aborde o tema a partir da perspectiva da sua área de atuação profissional, indicando como a dependência digital se manifesta ou impacta o seu campo de trabalho e quais ações podem ser adotadas para enfrentá-la.**

Seu texto deverá: ser escrito em Língua Portuguesa; conter mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas; respeitar o tema proposto e a norma-padrão da língua; apresentar introdução, desenvolvimento e conclusão. Não é necessário inserir título. Caso seja incluído, a linha correspondente não será contabilizada na contagem total de linhas.

Utilize este espaço para **rascunho** e passe o texto a limpo na **FOLHA OFICIAL DE PRODUÇÃO ESCRITA.**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	